

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A ESCOLA UNITÁRIA: O PRINCÍPIO PARA UMA EDUCAÇÃO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM ANTONIO GRAMSCI**

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn

CURITIBA

2013

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A ESCOLA UNITÁRIA: O PRINCÍPIO PARA UMA EDUCAÇÃO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM ANTONIO GRAMSCI**

Monografia apresentada a Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de especialista em Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn

CURITIBA

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Ser superior que sempre me possibilita saúde para trilhar meu caminho e alcançar meus objetivos.

Ao Professor Doutor Geraldo Balduino Horn, os meus sinceros agradecimentos por sua disponibilidade e generosidade na orientação desse trabalho.

Por fim, obrigado ao meu pai João Antonio, a minha mãe Vanderléia Ferreira e ao meu irmão João Felipe, pelo apoio incondicional as minhas decisões.

Conhecer-se a si mesmo quer dizer ser si próprio, quer dizer ser patrão de si mesmo, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da sua própria ordem e da sua própria disciplina. E não se pode obter isso se não conhecer também os outros, a sua história, a sucessão dos esforços que realizaram para serem aquilo que são, para criarem a civilização que criaram e à qual queremos substituir a nossa.

Antonio Gramsci

RESUMO

Esse trabalho apresenta os princípios filosóficos de Antonio Gramsci sobre a educação. Colocando em evidência a crítica gramsciana a respeito da escola, de forma a questionar a formação escolar exclusivamente técnica destinada à classe subalterna, a interesse da classe elitista para o fortalecimento das diferenças sociais. No processo de compreensão da questão escolar, se estabelece o interesse gramsciano por uma escola unitária como real fundamento de elevação cultural das massas, assim, efetivando uma transformação social, e construindo uma nova cultura, além da hegemonia burguesa.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Filosofia. Educação. Escola. Cultura.

ABSTRACT

This paper presents Antonio Gramsci's philosophical principles on education while emphasizing the Gramscian criticism about school in order to question the exclusively technical formal schooling designed for the lower class, for the elite class' interest in strengthening the social differences. In the process of understanding the school, the Gramscian interest is established for a unitary school as a real foundation of cultural elevation of the masses, thus conducting a social transformation, and building a new culture, beyond the bourgeois hegemony.

Keywords: Antonio Gramsci. Philosophy. Education. School. Culture.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1. OS PRESSUPOSTOS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 9 |
| 1.1 A HEGEMONIA: O CARÁTER DE DOMINAÇÃO..... | 11 |
| 1.2 A SOCIEDADE CIVIL COMO CAMPO DE LUTA PELO DOMÍNIO IDEOLÓGICO E POLÍTICO..... | 13 |
| 1.3 A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL NA FORMAÇÃO SOCIAL..... | 19 |
| | |
| 2. A ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA GRAMSCIANA | 23 |
| 2.1 A ESCOLA PROFISSIONAL: UM PRINCÍPIO EDUCATIVO A SER SUPERADO PELA ESCOLA UNITÁRIA..... | 25 |
| 2.2 A CRÍTICA DE GRAMSCI À REFORMA EDUCACIONAL DE GENTILE..... | 29 |
| | |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 36 |

INTRODUÇÃO

A questão escolar sempre teve atenção de grandes pensadores no decorrer histórico. Dado a essa atenção, determinados pensadores contribuíram efetivamente para tratados teóricos a respeito do sistema escolar, despertando inúmeras reflexões sobre a educação da época que vivenciaram, quando não muitas vezes, a refletir em todo o desenvolvimento educacional escolar nos momentos históricos construídos e a construir pela humanidade.

Antonio Gramsci, pensador italiano do século XX, se destacou efetivamente como político comunista, devido sua luta política em defesa da classe subalterna, em pleno cenário Fascista. Porém, suas concepções filosóficas sobre a questão escolar, constituídas em regime do governo fascista de Mussolini, merecem destaque, pois em Gramsci é apresentada uma profunda crítica a uma educação que sempre esteve conectada a ideologia política da classe dominante.

Através da posição crítica de Gramsci sobre o processo educacional escolar, é revelado o problema central desse trabalho, isto é, a possibilidade de entender a escola unitária em Gramsci, como um possível princípio para a transformação social vigente. Visto que, o direcionamento educacional tende a uma efetivação de ideais políticos em pauta pela classe dominante, direcionando a classe subalterna uma escola destinada a formar indivíduos aptos a exercer somente o trabalho prático, através de um ensino profissionalizante, voltado somente a uma formação para o mercado de trabalho.

Assim sendo, temos por objetivo, entender a posição crítica gramsciana sobre a educação, dado que, esta crítica, expõe muito mais do que uma teoria filosófica, mas sim, retira a maquiagem democrática que afeta o panorama educacional. De forma, a superar o interesse elitista direcionado a educação e construir um sistema educacional que não de privilégios aos interesses da classe elitista, mas que forneça a todos uma educação única, através de uma escola unitária, pautada no desenvolvimento cultural humanístico, e não em um sistema preocupado somente com a formação técnica, destinada a fortalecer as diferenças sociais.

A concepção de cultura no ideal gramsciano é destaque no desenvolvimento de nosso trabalho, aonde Paolo Nosella, retrata efetivamente esse conceito. Nesse

mesmo linear da questão da cultura, merecem destaques as posições de Mario Manacorda, pois, este nos coloca a pensar nos problemas da formação dos indivíduos e na luta pela organização da cultura de massas.

Os escritos de Anita Schlesener, expõe categoricamente a concepção gramsciana de hegemonia, assim como, o esclarecimento sobre o conceito de sociedade civil. Nesse cenário conceitual, se faz fundamental o escrito de Luna Mochcovitch, pois nos direciona a conhecer os conceitos que o filósofo italiano descreveu, ademais, a escola como princípio a elevar a condição de esclarecimento, em especial, das classes subalternas, para a efetivação da transformação social. Esse viés da compreensão da escola, como princípio para a transformação social em Antonio Gramsci, se revela como a espinha dorsal no desenvolvimento de nosso trabalho.

1. OS PRESSUPOSTOS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Diante da construção histórica do processo da educação escolar, muitas correntes de cunho filosófico e pedagógico se destacaram, com a finalidade de apontar meios para solucionar problemas pertinentes ao cenário educacional na sociedade local e global. Grande representante da filosofia política, Antonio Gramsci, pensador italiano do século XX, não se pautou à somente numa “articulação entre o empenho prático-político” (NOSELLA, 2010, p.12), mas foi profundo pensador do processo educativo-político, refletindo em um novo modelo do sistema educacional. Visto que, Manacorda (2008, p.23), aponta que Gramsci, em carta a sua esposa, período que foi preso político, descreve que a questão escolar o interessa muito, dando ênfase de forma objetiva a ligação entre pedagogia e política, pois declara que a escola é uma atividade essencial para a sociedade comunista.

Antonio Gramsci vivenciou um contexto social muito árduo durante sua vida, nasceu no sul da Itália, na ilha da Sardenha em 1891, umas das regiões menos favorecidas economicamente do cenário italiano. Permanecendo em tal local por 20 anos, acumulando uma experiência dura de vida, de viés econômico e escolar. Porém, em meados de sua adolescência tem acesso aos jornais socialistas por intermédio de seu irmão mais velho que morava em Turim, pois este, enviava por correspondência, o jornal “*Avanti*” a Gramsci.

As leituras realizadas dos jornais propagadores do socialismo levaram-o a frequentar durante seus estudos de colegial, ambientes socialistas, de maneira a fazer surgir um profundo sentimento de revolta contra os ricos de orgulho regionalistas. Ainda em solo Sardo, em 1910, publica seu primeiro escrito no jornal local “A União Sarda”. Assim como, começa com suas primeiras leituras de Marx (NOSSELLA, 2010, p.37).

Em 1911, Antonio Gramsci após a conclusão do ensino médio resolve se inscrever para concorrer a uma bolsa de estudos para alunos pobres da Sardenha, porém, era bolsa de baixo valor e concedida somente para 10 meses de cada ano. Em outubro, migrou-se para Turim, onde prestou o concurso, obtendo a bolsa de estudos. Então ingressa na Faculdade de Letras da Universidade Estatal de Turim.

Em 1912, primeiros meses como universitário sofre eminentes dificuldades materiais e de saúde. Sendo possível se manter estudando em 1913, frequenta inúmeros cursos nas Faculdades de Letras e de Direito, porém não conseguiu prestar nenhum exame devido suas condições de saúde. Em outubro de 1913, Gramsci adere ao “Grupo de ação e propaganda antiprotecionista”, tendo nos meses subsequentes, feito seu primeiro contato com o movimento socialista em Turim (COUTINHO, 2004, p. 33-34).

No ano de 1914, Gramsci escreve seu primeiro escrito politicamente de peso, publicação efetuada no jornal “O Grito do Povo”, do Partido Socialista Italiano (P.S.I), “abordando a difícil questão referente à posição dos socialistas italianos diante da 1ª Guerra Mundial” (NOSELLA, 2010, p.39). Ainda frequentando o curso de Letras, no inverno de 1914-1915, chega a participar de um curso de filosofia, porém, logo teve que abandonar os estudos acadêmicos por falta de recurso financeiro e por problemas de saúde.

Mesmo tendo abandonado os estudos acadêmicos, Gramsci continua morando em Turim, dado que, em 1916, de forma efetiva e incondicional,

começou sua aprendizagem política e educativa durante a Primeira Guerra Mundial, como jornalista e crítico de teatro. Nas tardes, costumava assistir às reuniões da organização sindical, Confederação Geral do Trabalho e do Partido Socialista. (MONASTA, 2010. p.14).

Como já apontamos inicialmente, Gramsci vivenciou um contexto de vida difícil enquanto morador da Sardenha, e em Turim, a realidade de sua vida continuou não sendo das melhores. Porém, isso não foi motivo para não ser um cidadão ativo no processo cultural italiano. Visto que, embora fora da instituição universitária, atua como jornalista, inclusive inicialmente com tendência a filosofia de Benedetto Croce. Porém, Gramsci não se pauta somente a atividade jornalística, mas também a atividade política, chegando inclusive ser deputado.

Entretanto, devido suas posições Comunistas, não agrada o Governo Fascista Italiano. Passando a ser perseguido e conseqüentemente preso devido suas concepções ideológicas comunistas. Em cárcere, especificamente entre os anos de 1926 e 1934, ganha o direito de escrever, assim, iniciando efetivamente

seus escritos sobre filosofia, teoria política e literatura. Em 1934, ganha liberdade condicional, mas, sua saúde já estava em declínio. Tendo em 27 de abril de 1937, aos 46 anos, vindo a falecer.

Mesmo Gramsci tendo vivenciado um contexto de saúde e social árduos, não se pode negar que essas dificuldades, fizeram o filósofo marxista elevar suas concepções filosóficas, políticas e literárias, sempre na intenção de um pressuposto da transformação social.

1.1 A hegemonia: o caráter de dominação

No ano de 1916, Antonio Gramsci, começou a demonstrar sua análise profunda em torno do debate que havia sobre a formação cultural das massas, onde defende “as atividades formativo-culturais para o proletariado em geral, mas rejeita a ideia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação” (NOSELLA, 2010, p. 43).

Nesse período, Gramsci começa a demonstrar originalidade em seus escritos, em especial sobre a questão da reforma cultural. Afirmando, como já citado acima, que a cultura não deve ser compreendida como saber enciclopédico, pois a

cultura é algo bem diferente. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse de sua própria personalidade, é conquistar uma consciência superior, através da qual consegue-se compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus direitos e seus deveres. Mas tudo isso não acontece por evolução espontânea [...] e sim pela reflexão inteligente, primeiro de alguns e em seguida de toda uma classe sobre razões de [...] reconstrução social. (NOSELLA, 2010, p.44).

A cultura não deve ser envolvida num saber enciclopédico, pois esta considera o homem como um recipiente de dados empíricos desconexos, possibilitando apenas criar homens desajustados que colocam barreiras entre si e os outros, criando um intelectualismo flácido e incolor. Gramsci afirma ainda, que essa cultura enciclopédica não é cultura e nem inteligência, mas sim apenas pedanteria e

bagagem intelectual, de forma, a ser considerada algo eminentemente prejudicial ao proletariado (GRAMSCI, 2010, p.52).

No ideal gramsciano, a reforma cultural deve abrir portas para uma cultura desinteressada, sendo esta cultura, não num sentido pejorativo, dado que, Gramsci compreende como cultura desinteressada, “uma cultura de ampla visão, séria, profunda, universal e coletiva, que interessa a todos os homens” (NOSELLA, 2010, p. 47).

O pensamento de Gramsci, durante toda a guerra, entre os anos de 1915 a 1918, nitidamente apresenta polêmica sobre a questão cultural, pois notavelmente, defende uma evolução cultural das massas por meio de uma organização de ideologia socialista, que possibilitaria “uma cultura capaz de intervir no desenvolvimento político e econômico” (MANACORDA, 2008, p.32). Tendo por objetivo, a transformação da sociedade e da tomada do poder político para ser possível a alteração da situação de dominação ideológica.

Para Gramsci, dominação ideológica seria subordinação intelectual: as classes dominantes podem, pela direção que imprimem à sociedade, conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que está cimentado e unificado pela ideologia dominante. A base de sustentação dessa unificação ideológica exercida pela ideologia dominante é o senso comum [...] O Senso comum se opõe à filosofia, isto é, a uma “ordem intelectual” que é uma “unidade” e uma “coerência” na consciência individual, pois não se baseia numa reflexão crítica, numa interrogação (MOCHCOVITCH, 1990, p. 14).

Nesse viés, Gramsci aponta que a dominação é efetuada “por dois fatores: a interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas que lhes permita a autonomia” (MOCHCOVITCH, 1990, p.13). Sendo o Estado, o principal defensor dos interesses das classes dominantes, assim como, “o conjunto dos órgãos por meio dos quais a hegemonia e a coerção da classe dominante [...] são exercidas sobre as classes subalternas da sociedade” (MOCHCOVITCH, 1990, p. 43).

O caráter de dominação executado pela classe burguesa, sob a classe subalterna, via Estado. É compreendido por Gramsci, como o exercício de hegemonia cultural e de coerção.

A concepção de hegemonia em Gramsci é apresentada como

o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral (MOCHCOVITCH, 1990, p.20-21).

Segundo Schlesner (1992, p. 18), a noção de hegemonia em Gramsci, articular-se com a concepção de Estado, pautada na formação e reprodução das relações de poder nas sociedades capitalistas. O Estado, instância essencialmente política, executa o poder hegemônico, através de “aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio”.

1.3 A sociedade civil como campo de luta pelo domínio ideológico e político

O desenvolvimento do Estado como órgão hegemônico, garante a coerção e domínio das classes dominantes sobre as classes subalternas nas conjunturas da sociedade. Visto que, “a função de domínio é desempenhada na sociedade política e envolve a coerção, em seus aspectos legais e mesmo policial-militar. A função hegemônica – cujo “terreno” próprio de ação [...], é a sociedade civil” (MACHCOVITCH, 1990, p. 43).

A sociedade civil é o “conjunto de organismos chamados privados e correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”; trata-se do conjunto de instituições (também denominadas “aparelhos privados” de hegemonia), nas quais se elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesma (suas lutas e aspirações), onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade. Estas organizações da sociedade civil, chamadas “privadas” porque são relativamente autônomas em relação à sociedade política, só surgem ou assumem esta função com as revoluções democráticas-burguesas, pela organização dos Estados modernos e a intensificação das lutas sociais (SCHLESNER, 1992, p. 18).

O conceito de sociedade civil em Gramsci, segundo Bobbio, (1982, p.32), “não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”. Desta forma, mesmo Gramsci sendo de tradição marxista, sua concepção de sociedade civil, se distancia da idealização de Marx e Engels, visto que, para estes, a sociedade civil é caracterizada como “algo que se estende a toda a vida social pré-estatal, como momento das relações econômicas que precede e determina o momento político e, portanto, como um dos termos da antítese sociedade/Estado” (BOBBIO, 1982, p.30). Já para Gramsci, a sociedade civil são as instituições que regulamentam tanto as relações sociais, quanto a vida cultural em geral (MACHCOVITCH, 1990, p.29). Essa divergência de concepção sobre a sociedade civil, afirma o fato de que a reavaliação da sociedade civil não é o que liga Gramsci a Marx, mas precisamente o que distingue dele (BOBBIO, 1982, p. 34).

Nogueira (2000, p. 120), afirma que a concepção de sociedade civil em Gramsci está fundada no mundo das necessidades materiais, com seus interesses e agregações. Tendo vínculo eminente com a economia e à produção material, visto que, na filosofia gramsciana, a sociedade civil está abalizada no terreno da hegemonia na medida em que oferece a probabilidade de elevação política dos interesses econômico-corporativos, ou, em outros termos, a passagem dos interesses do plano “egoístico” para o plano “ético-político”. Sendo na sociedade civil, o “terreno” de luta de classes pela hegemonia, visando imprimir um novo consenso hegemônico em direção ao conjunto de homens.

A realização de luta de classes tem por função a luta pelo poder, e segundo Gramsci, o “exercício do poder ocorre pela articulação das funções da sociedade política e da sociedade civil: à primeira, corresponde o “domínio direto ou o comando; à segunda, a função de direção da sociedade pela formação e conservação do consenso” (SCHLESNER, 1992, p. 18). Através desta conservação, se possibilita a viabilização da legitimidade do poder, dado que, a sociedade política, “ou Estado propriamente dito, representaria o momento da força e da coerção, enquanto a sociedade civil seria constituída pela rede complexa dos elementos ideológicos, em função dos quais a classe dominante exerce a sua direção intelectual e moral” (MACHCOVITCH, 1990, p.32).

Nesse sentido, Gramsci pontua que a função da sociedade política é de “assegurar legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente aos objetivos dominantes; a coerção é exercida principalmente nos momentos de crise, quando fracassa o consenso espontâneo” (SCHLESNER, 1992, p. 19).

A sociedade política e sociedade civil, recebe em Gramsci,

um tratamento relativamente autônomo – pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*. Em conjunto, ambas as esferas formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”. Nesse sentido, as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista [...]. No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da “sociedade política” – que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou, simplesmente, de “Estado-coerção”-, ao contrário, exerce-se sempre uma “ditadura”, ou, mais precisamente, uma *dominação* fundada na *coerção*. (COUTINHO, 1985, p. 61)

Mochcovitch (1990, p. 33), acrescenta que em Gramsci, a sociedade civil é uma prisão de mil janelas, sendo formada por um corpo de organizações, instituições e aparelhos em que se produz e difunde a reprodução de ideologias. Além do que, a sociedade civil é o campo que se dá a luta pela hegemonia, surgindo conseqüentemente, a hegemonia da classe dominante sobre o corpo social. A sociedade civil

é acima de tudo o terreno no qual uma classe pode pretender converter-se em Estado, superando sua condição de portadora de interesses econômico-corporativos e adquirindo uma nova “capacidade ético-política” através da transformação progressiva de sua própria consciência e de sua própria inserção societal” (NOGUEIRA, 2000, p. 121)

Portanto, a sociedade civil em Antonio Gramsci é um eminente “terreno” de disputa hegemônica, tendo por interesse a reprodução ideológica política. Esse “terreno” de disputa se transforma em grande ambiente de dominação, por meio de instrumentos de hegemonia, como escolas, igrejas, cultura e exército, quase

exclusivamente da classe burguesa sobre a classe subalterna. De forma muitas vezes coerciva, a classe subalterna é dominada, passando a viver as ideologias criadas pela classe burguesa via um Estado a serviço do elitismo burguês.

Antonio Gramsci considera como “uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido de domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica” (GRAMSCI, 1968, p. 9). Visto que, a cultura é inteiramente ligada ao poder dominante.

Porém, nem toda cultura proveniente de grupos que conquistaram o domínio é positiva a todas as camadas sociais, devido seus interesses ideológicos e políticos privados.

Segundo Gramsci, para ser mudada a direção dos interesses ideológicos e políticos, deve haver a transformação social, mas isso só se efetivaria de forma satisfatória, com a reforma intelectual e moral da classe subalterna. Possibilitando assim,

a construção e [...] difusão de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, atuando sobre o senso comum, popularizando as conquistas filosóficas do marxismo e tendendo a desfazer, no plano das relações sociais de dominação e da distribuição da cultura, a dicotomia dominantes/dominados (MACHCOVITCH, 1990, p. 35).

O desenvolvimento da reforma intelectual e moral na classe subalterna, recolocá-los-ia em nova linha de conduta intelectual e moral, promovendo original maneira de pensar, de forma que, a classe subalterna se colocaria diante de outra concepção de mundo. Dado que, Gramsci manifesta que no proletariado, se deve formar “uma hierarquia espiritual que, autônoma em relação às direções culturais tradicionais, esteja apta a formar homens diferentes, que não sejam homens de casos específicos, de uma única atividade, mas que sejam completos” (MANACORDA, 2008, p.37).

É válido salientar que a reforma intelectual e moral, em Gramsci, não se remetem de forma imediata a questão econômica das classes subalternas, mas sim, a uma nova configuração de ver o mundo. O projeto primordial dessa reforma é superação da consciência existente, disseminada pelo senso comum, e, introjetados

pela classe dominante nas classes subalternas. Essa superação de consciência se torna possível segundo Gramsci, através da filosofia da práxis. (MACHCOVITCH, 1990, p. 38-39).

A filosofia da práxis, segundo Gramsci, deve ser compreendida com a função de criticar as filosofias existentes no universo cultural. Visto que, ela “não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva, do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 2010, p. 80). Devido a isto, a filosofia da práxis

ao apontar o caráter histórico de todas as filosofias e se apresentar como a “teoria das contradições” existentes na história e na sociedade, assume “todo o passado cultural, o Renascimento e a Reforma, a filosofia alemã e a Revolução Francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa, o liberalismo laico e o historicismo: em suma, o que está na base de toda a concepção moderna de vida”, é a crítica e a superação, é o “coroamento de todo este movimento de reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre cultura-popular e alta cultura”, é a concepção de mundo das classes dominadas, expressão das suas lutas, dos seus sonhos, dos avanços e recuos na conquista da hegemonia; é a manifestação “de uma nova cultura em gestação, que se desenvolverá com o desenvolver-se das relações sociais”, como uma atitude “crítico-polêmica, jamais dogmática”, mas realista, que considera “as razões do adversário”, que pode ser todo o pensamento passado” (SCHLESENER, 1992, p.34-35).

Destarte, a luz da compreensão de Monasta (2010, p. 30), a filosofia da práxis, se torna um instrumento ideológico que tem por função, possibilitar a expansão da consciência das massas populares, isto é, da classe subalterna, acerca do “mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das idéias”, visando uma melhor capacidade das massas populares em controlar e dirigir suas vidas e toda a sociedade, ou até mesmo, conseguir o controle daqueles que a dirigem. Assim sendo, a classe subalterna atingindo uma consciência real sobre a esfera ideológico-política, criaria uma nova concepção de cultura.

Monacorda (2008), considera que em Gramsci, a concepção de cultura, está pautada pelo idealismo e antipositivismo, determinando uma cultura de formação de espírito, de sentido humanística. “Uma cultura [...] à luz da crítica e da oposição à cultura burguesa” (NOSELLA, 2010, p.44).

Para a construção dessa cultura humanística, seriam necessário escolas “que poderíamos chamar de humanista [...] destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida” (GRAMSCI, 1968, p.117).

Não se creia que Gramsci se prenda aqui a uma concepção tradicional do humanismo; [...] ao invés disso, nele, os valores da disciplina intelectual e moral, que se opõem ao autoditismo e à licenciabilidade, estão identificados com a concepção de uma cultura e de um modo de vida modernos, ligados aos novos sistemas de produção. (MANACORDA, 2008, p.175)

Nosella (2010, p.166), observa que Gramsci, “percebe e valoriza o potencial educativo da escola humanista tradicional. Mas voltado a defender a modernização industrial, como sempre foi, compreende e defende o surgimento de um novo tipo de escola mais orgânica ao mundo industrial”. Aonde os indivíduos iriam “conhecer-se a si próprio [...] isto é, ser dono de si próprio, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina que tendem para um ideal” (GRAMSCI, 2010, p.55).

Devido ser nitidamente “contra uma educação formalista e divorciada da vida” (MONACORDA, 2008, p.33). Gramsci compreende a educação formalista e divorciada da vida, isto é, sem vínculo imediato com a vida, como uma pseudocultura ou lorianismo. Isto é,

falta de organicidade, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, frouxidão e indulgência ética no campo da atividade científico-cultural, etc., não adequadamente combatidas e rigorosamente condenadas: irresponsabilidade, [...] em face da formação da cultura nacional (GRAMSCI, 2001, p.257).

Desta forma, há uma eminente necessidade de uma nova direção intelectual e moral em relação às classes subalternas, para que seja possível a alteração da situação de dominação cultural, ideológica e política. Assim permitindo, a

transformação social. Dado que “mais que do que interpretar o mundo, é preciso transformá-lo” (MACHCOVITCH, 1990, p. 10).

1. 3 A importância do intelectual na formação social

O desenvolvimento filosófico de Gramsci apresenta indelével vínculo da organização da cultura com o discurso sobre a importância dos intelectuais em sua vida “privada” ou diametralmente pelo Estado.

Para Gramsci, todos os grupos sociais desenvolvem certa atividade intelectual no exercício de sua profissão. Devido à atividade intelectual ser possível a todos, Gramsci defende a ideia que todo indivíduo “é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto [...]. Contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 1968, p 7-8). No entanto, Gramsci aponta que há grande distinção

entre intelectuais como categoria orgânica de cada classe fundamental e intelectuais como categoria tradicional, isto é, como categoria nascida, sim, historicamente, em função de uma determinada classe, mas cristalizando-se, depois, por sua ininterrupta continuidade histórica, como casta. A mais típica dessas últimas categorias de intelectuais é o clero, monopolizador, durante uma fase histórica inteira, de várias funções sociais, entre elas precisamente a escola e a instrução em geral (MANACORDA, 2008, p.164).

A argumentação gramsciana de que todo ser humano é um ser essencialmente intelectual, não caracteriza que todos os homens conseguem desempenhar na sociedade a função de intelectuais, isto é, de desenvolver uma nova forma de intelectualismo, determinando novos conceitos, construindo ativamente uma nova vida prática até chegar a “dirigente”, isto é, político (GRAMSCI, 1968, p.8).

Porém, o próprio Gramsci salienta, que historicamente há classes sociais, que buscam formar intelectuais especializados para o exercício de uma função, com o intuito de lutar pelo domínio ideológico. Sendo esse domínio, mais rápido e eficaz, se os intelectuais tradicionais elaborarem seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1968, p.9).

O intelectual para Gramsci não necessita de uma formação acadêmica específica, mas sim, capacidade de empreender ações sociais organizativas e diretivas, é um agente capaz de fazer a ligação entre a *superestrutura* e *infraestrutura* independente de sua escolaridade específica, desta forma, o intelectual especializado é caracterizado pela função que ocupa nas relações sócio-materiais efetivas (MOURA, 2010, p.25).

Mesmo o intelectual obrigatoriamente não precisando de formação acadêmica específica para difundir uma concepção de mundo ou até mesmo, elevar a consciência de camadas sociais, a escola não deixa de ser o principal instrumento para formar os intelectuais de vários graus. Pois a

complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 1968, p. 9)

Segundo Gramsci, os intelectuais podem ocupar classes diferentes, assim como, executar distintos papéis na esfera social. Em Gramsci, aponta Moura (2010, p. 26), há “dois tipos fundamentais; os “intelectuais tradicionais” (ligados às classes tradicionais dominantes) e ‘os intelectuais orgânicos’ (oriundos das “classes subalternizadas”).

Os intelectuais tradicionais são aqueles que estão presos a uma formação historicamente continua em favor da hegemonia dominante, em sua maior parte “eram o “clero”, “os funcionários”, “a casa militar”, “os acadêmicos” voltados a manter os camponeses atrelados a um *status quo* que não fazia mais sentido” (SEMERARO, 2006, p. 377). Visto que, reafirmam a ordem da classe dominante, “empalhados dentro de um mundo antiquado, permanecendo fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história” (SEMERARO, 2006, p. 377).

Em antagonismo aos intelectuais tradicionais, os intelectuais orgânicos, “são constitutivamente subversivos, pois são sempre os intelectuais originários do seio das classes em condição de subalternização na ordenação social” (MOURA, 2010, p. 26). Devido a essa subversividade, conseguem fazer “parte de um organismo vivo

e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade” (SEMERARO, 2006, p.377).

Desta forma, os intelectuais orgânicos

difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que se imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea (MOCHCOVITCH, 1990, p. 18)

Nesse sentido, percebemos a importância que Gramsci direciona aos intelectuais orgânicos para a estruturação de uma nova ordem social com o desenvolvimento de “novos princípios morais, políticos e organizativos gerais, por isso podem ser localizados no campo da *contra-hegemonia*. Pois estes intelectuais buscam, sobretudo, redefinir a posição social-política do grupo subalternizado pela estruturação social-política” (MOURA, 2010, p.27).

Portanto, esses intelectuais são imprescindíveis para “construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social” (SEMARARO, 2006, p. 378). Cabendo ainda aos intelectuais orgânicos a missão de

substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente as camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época (GRAMSCI, 1981, p.27).

Ainda cabe ao intelectual orgânico, lutar para elevar a consciência intelectual dos subalternos, acima de tudo, lutar para que toda a classe proletária alcance a filosofia da práxis, atingindo de maneira efetiva uma formação unitária, e, contra a violenta dicotomia de escolas distintas entre o rico e o pobre,

entre o intelectual que pensa e o trabalhador que faz; entre o dirigente e o dirigido; entre a cultura 'desinteressada' do intelectual tradicional e a cultura 'interessada' ou estreitamente profissionalizante do operador, do funcionário; entre a direção política e as massas; entre o sujeito (espírito) e o objeto (matéria); entre a filosofia política e a economia; enfim, entre o reino da liberdade e o reino da necessidade (NOSELLA, 2010, 175-176).

É dever do intelectual orgânico, lutar por um processo de formação social essencialmente ancorada na liberdade, possibilitando a classe subalterna uma “elevação da consciência do senso comum à consciência filosófica” (MOCHCOVITCH, 1990, p.52). Assim como, lutar pela construção de uma escola única e comum como princípio educativo para a transformação social.

Desta forma, a cultura não deve ser caracterizada em um intelectualismo flácido, a serviço de um Estado elitista, pautado na reprodução hegemônica burguesa, mas sim, se caracterizar por uma cultura capaz de elevar as massas por meio de uma organização de ideologia socialista, permitindo a formação de uma nova classe social, isto é, uma classe social que supere as velhas concepções de mundo fundeadas no senso comum e eleve as camadas sociais a uma cultura superior.

A formação de uma cultura superior tem por finalidade a transformação social, cabendo aos intelectuais orgânicos, semear nas camadas sociais de massas, a filosofia de uma nova ordem social, moral e política contra a hegemonia elitista, preparando a classe subalterna a possibilidade concreta de participação da sociedade política. O processo participativo consciente da classe subalterna na sociedade política deve se construído através de uma formação social, para isto, se faz necessário a efetivação de uma escola unitária e comum, capaz de possibilitar a todos os cidadãos uma real perspectiva educativa que permita o desenvolvimento de um intelectualismo crítico a hegemonia de um Estado a serviço do elitismo burguês.

2. A ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA GRAMSCIANA

No desenvolvimento filosófico de Gramsci sobre a escola, se tem um horizonte muito fecundo em relação à escola única e comum. Visto que, o pensador marxista se posicionou duramente contra um consenso hegemônico de escola profissionalizante, apontando os malefícios que esse tipo de escola causaria no âmbito social, sobretudo, a exclusão cultural que a classe proletária sofreria com a hegemonia de uma escola preocupada em somente formar o homem ao trabalho manual.

A idealização de escola na filosofia gramsciana, apresenta um forte vínculo com o Estado. Dado que este é, o conjunto de órgãos que executa a hegemonia da classe dominante sob a classe subalterna a âmbito de sociedade.

Diante do surgimento de duas escolas no cenário italiano, uma destinada à classe burguesa e outra a classe subalterna, houve a separação cultural e escolar entre os indivíduos, de forma, que cada indivíduo fosse destinado à frequentar a escola de acordo com sua classe social. Essa separação escolar de acordo com a classe social foi profundamente criticada por Gramsci em seus escritos filosóficos. Visto que, a escola destinada à classe burguesa era de cultura geral e a designada à classe subalterna, profissionalizante.

O posicionamento crítico de Gramsci acerca do cenário de disseminação da escola profissionalizante, se faz de grande eminência em nossa atualidade, visto que, notavelmente há uma crescente guinada em diferentes culturas desse tipo de escola, aonde se busca entender o homem somente num sentido de produção industrial, reduzindo sua essência e não valorizando sua importância política enquanto homem.

Sobre a escola profissionalizante Gramsci afirma que “tende a eternizar as diferenças tradicionais; [...] a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática” (GRAMSCI, 1968, p. 137). Porém, Gramsci afirma que uma escola democrática

não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-

lo: democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar (GRAMSCI, 1968, p.137).

Diante dessa dicotomia escolar em cenário italiano. Nosella, (2010, p. 47), aponta que em Gramsci, “o debate sobre a escola profissional e a de cultura geral consagrou uma terminologia específica: “escola do trabalho” e “escola do saber desinteressado”.

Como substituição dessa escola profissional, inclinada a somente elevar as diferenças a âmbito de sociedade, Gramsci, coloca a escola formativa desinteressada, representando à verdadeira disposição democrática. Movendo-se num sentido educacional amplo, “de longo alcance, isto é, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas a coletividade e até à humanidade inteira” (NOSELLA, 2010, p. 42).

A escola desinteressada humanística visa à formação do homem num sentido integral, adquirindo critérios necessários para o desenvolvimento do caráter. Isto é,

uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. (GRAMSCI, 2010, p.66).

O desenvolvimento da tendência da escola profissionalizante é entendido por Gramsci, como uma degenerescência da escola, dado seu aspecto “imediatista de sujeitar a socialização das crianças e dos jovens, a formação dos homens, à lógica da produção, e, portanto à lógica do capital, o que resulta, nas sociedades capitalistas, enrijecimento das diferenças sociais” (MOCHCOVITCH, 1990, p.55).

Desta forma, a escola profissional é visualizada por Gramsci, num viés essencialmente negativo, pois “a escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma” (GRAMSCI, 2010, p. 67).

2.1 A escola profissional: um princípio educativo a ser superado pela escola unitária

A educação na ótica de Gramsci deve estar intimamente ligada ao controle do Estado, devendo este, ser o órgão que possibilita a elevação do desenvolvimento cultural da população, promovendo um ensino público e gratuito de eminente qualidade humanística, e, sobretudo, unitária, de forma a potencializar a elevação cultural das massas.

As formulações de Antonio Gramsci sobre a escola, seu significado e sua função, devem ser entendidas no contexto da discussão sobre a “escola comum e única” que se coloca no final do século XX, quando as democracias capitalistas européias se empenham em generalizar o ensino básico, expandindo o ensino público. É Nesse período que começa a se firmar a noção de que a educação é um dever do Estado. (MOCHCOVITCH, 1990, p.48)

Como já salientado no decorrer do texto, o pensamento de Gramsci é marcado pela defesa do acesso a uma cultura humanística a classe subalterna, assim como, pela compreensão que toda a população deve ter acesso a uma escola unitária.

Segundo Gramsci, é eminentemente necessário o fortalecimento dessa escola unitária, que tem por função fornecer uma formação geral e humanista. Visto que, a “escola única de cultura geral humanística [...] é definida como a solução racional da crise do princípio educativo” (MANACORDA, 2008, p.171).

Ao princípio ideológico capitalista, que afeta negativamente muitos sistemas educacionais escolares em torno do mundo, colocando em eminente crise a formação escolar dos indivíduos, Gramsci aponta que a

uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa, que equilibre equânimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 1968, p. 118).

Nesse sentido, percebe-se uma profunda crítica de Gramsci ao sistema educacional direcionado a somente em desenvolver a capacidade do trabalho técnico-industrial. Pois segundo nosso filósofo político, é uma grande ilusão pensar numa escola profissional e democrática na atualidade, visto que estas, somente se pautam por uma educação preocupada em fornecer homens para o trabalho industrial. De forma a “maquiar” a educação como democrática, quando na realidade visa absolutamente interesses práticos imediatos, destinada a desenvolver especificamente um contingente de operários para o trabalho em fábricas. Essa crítica gramsciana a escola profissional é evidenciada de forma clara em *Os intelectuais e a organização da cultura*, com a seguinte observação de Gramsci:

Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 1968, p.136).

Mochcovitch (1990, p.55), pontua que esse pensamento de Gramsci sobre a tendência profissionalizante da escola, é quase que peculiar ao nosso autor, dado que, poucos autores se colocaram a argumentar de forma tão severa contra o ensino profissionalizante. Caracterizando a escola profissionalizante como forma imediatista de sujeitar a socialização das crianças e dos jovens, a formação dos homens, a egrégio lógica da produção, isto é, à lógica do capitalismo, resultando, desta forma, nas sociedades capitalistas, o enrijecimento das diferenças sociais.

A concepção crítica de Gramsci se torna mais acentuada ao sistema de educação de sua época, ao visualizar que estava havendo uma multiplicação de escolas profissionais, algo que só iria perpetuar as diferenças culturais entre as camadas sociais. Visto que,

a multiplicação de tipos de escola profissional [...] tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e

agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar. (GRAMSCI, 1968, p. 137)

A escola unitária nasce na concepção de Antonio Gramsci, não somente com a função de modificação da esfera escolar italiana, isto é, de substituição da escola profissional, interessada somente em educar para a indústria, mas como princípio que possibilitaria uma real transformação educacional, por conseguinte, alterando toda ordem social, até mesmo, dos dominantes e dominados. “Gramsci insiste assim na necessidade de garantir, pelo menos nos níveis básicos de ensino, a existência da escola formativa, desinteressada, que representa a verdadeira tendência democrática” (MOCHCOVITCH, 1990, p. 56).

O filósofo marxista propõe uma organização prática a respeito da escola unitária em seus vários níveis, sobretudo, efetiva na remoção da dicotomia entre uma escola de ensino técnico para aqueles inseridos na camada subalterna, e outra escola humanística, destinada àqueles que se deleitam nas classes dominantes. Através de uma formação escolar

de acordo com a idade e com o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a própria escola pretende alcançar. A escola unitária [...] deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação de idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa colaboração imediata. A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional [...] a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. Mas esta transformação da atividade escolar requer uma ampliação imprevista da organização prática da escola, isto é, dos prédios, do material científico, do corpo docente etc. (GRAMSCI, 1968, p.121)

NOSELLA (2010, p. 169) ressalta que no ideal gramsciano, o aluno deve ser iniciado a carreira escolar desde os 6 anos de idade até os 16 ou 18, isto é, até o limiar da escola profissionalizante que se dará na universidade “onde se ensinam as profissões intelectuais ou da academia onde se ensinam as profissões ligadas diretamente à produção prática”.

A última etapa da escola unitária é a fase decisiva para “criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral (GRAMSCI, 2010, p. 111). Assim como, o “aprendizado dos métodos criativos da ciência e da vida”, pois estes não devem ser mais exclusividade da universidade ou de exclusividade da vida prática.

Esse ideal de formação escolar gramsciano, tem como um dos deveres, possibilitar aos alunos uma escola unitária que possa ser ativa, assim como, criativa. Isto é, “o primeiro, simplesmente ativo: mais propriamente criativo, o segundo, de preparação para o estudo universitário”. (MANACORDA, 2008, p. 176).

Na assimilação da escola criativa de Gramsci, deve-se estar atento a questão de que “não é uma escola de “inventores e descobridores”, mas uma escola em que a ‘recepção’ [...] ocorre ‘por meio de um esforço espontâneo e autônomo do aluno’(MANACORDA, 2008, p. 176). Desta forma, a escola criativa é

o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de “conformismo” que pode ser chamado de “dinâmico”; na fase criadora, sobre a base já atingida de “coletivização” do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. (GRAMSCI, 1968, p.124).

Assim sendo, a escola criativa permite uma guinada positiva enquanto transformação social, dado seu aspecto de centro autônomo de aprendizagem, porém, sem cair no espontaneísmo, desviando metodologicamente da escola mecânica e jesuítica. Dado que, na escola criativa o professor irá executar um papel de “controle e orientação amigável”, mas nunca de tutor funcional a inovação incondicional. Pois a escola criadora

indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, encontrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. (GRAMSCI, 1968, p. 124-125).

Portanto, nos faz válido salientar, que a concepção de Gramsci sobre a escola unitária nos evidencia que não deve haver uma escola que leva à cristalização das diferenças sociais, mas sim que permita uma educação formativa igualitária e “uma cultura próxima da vida e situada na história, cuja aquisição habilita o homem para interpretar a herança histórica e cultural da humanidade e definir-se diante dela” (MOCHCOVITCH, 1990, p.57). Sendo a escola unitária, o principal órgão de transformação social da classe subalterna, pois através da educação escolar unitária é possível implodir radicalmente com a exclusão social e incorporar os grupos que notavelmente foram historicamente discriminados do centro da sociedade.

2.2 A crítica de Gramsci à reforma educacional de Gentile

A defesa de Gramsci em prol de um princípio educativo escolar que estivesse ancorado num sistema educacional único e comum, assim como, todo seu desenvolvimento filosófico, e até mesmo sua carreira enquanto político, muito se deve, embora extremamente árduo a vida de nosso filósofo marxista, ao período em que a Itália foi governada por Mussolini, sendo este, pertencente ao Partido Nacional Fascista, (PNF). Pois seus escritos de peso, surgiu de sua indignação com tudo o que concernia ao governo fascista.

Com a ascensão do fascismo, Gramsci sofreu como dirigente comunista, uma perseguição sem trégua, que se culminou com sua prisão nos cárceres de Mussolini (NOSELLA, 2010, p.12). Desse duro momento de vulnerabilidade e crise, Gramsci mesmo em cárcere, fez brotar e florescer suas sementes filosóficas marxistas no seio Italiano, enquanto ativista político e filósofo.

No fascismo foi empunhado um novo sistema de governo, alterando assim, a constituição italiana até então vigente. Em consequência dessas alterações, as políticas em torno da educação escolar sofreram significativas mudanças. Pois ao Estado fascista competiria

controle rígido sobre os programas, a escolha e a ação dos professores da escola elementar, de modo que esta preparasse "também física e moralmente os futuros soldados da Itália". Quanto às escolas médias e universitárias livres, a ação do Estado deveria limitar-se ao controle sobre os programas e sobre o "espírito do ensino" e à promoção da instrução pré-militar, destinada a facilitar a formação de oficiais. Com relação à formação profissional, para que esta cumprisse a sua finalidade de "elevar a capacidade produtiva da nação e criar a classe média de técnicos entre os executores e os dirigentes da produção", o Estado deveria "integrar e coordenar a iniciativa privada, substituindo-a onde ela faltasse". [...] Trata-se de um programa que incorpora as posições liberais conservadoras e os traços nacionalistas defendidos pelos educadores idealistas, reunidos em torno de Giovanni Gentile. (HORTA, 2008, p. 182 - 183)

Giovanni Gentile idealizou como primeiro Ministro da Educação entre os anos de 1922 e 1923, na Itália fascista, uma "profissionalização precocemente para escola elementar-média, contrariando o princípio da escola única e comum, ou escola unitária" (MOCHCOVITCH, 1990, p.59).

Esse sistema de escola proposto por Gentile trouxe grande perpetuação e discriminações sociais no cenário italiano, afetando diretamente os familiares de Gramsci, dado que, Mea, a sobrinha de nosso filósofo "depois de haver passado brilhantemente nos exames de admissão à escola média, teve que se contentar com a escola de preparação para o trabalho, isto é, com a alternativa mais modesta que se apresentava" (MANACORDA, 2008, p.111).

Nesse período de fascismo italiano, Gramsci direcionou inúmeras críticas ao Estado, numa dessas críticas, aponta que o Estado fascista é, "um Estado não-ético e não-educador" (MOCHCOVITCH, 1990, p. 59). Dado que, "a partir de 1922, o regime fascista na Itália abandonou qualquer pretensão de encontrar soluções democráticas, quer para os problemas econômicos, quer para o progresso social, cultural e educativo das massas" (MONASTA, 2010, p.15).

No exercício do Ministério da Educação, em 1923, Giovanni Gentile iniciou a reforma do ensino primário italiano, excluindo totalmente

uma estrutura escolar primária que permitisse às massas o acesso à cultura. Com a Reforma Gentile, a escola elementar "permanecia como primeiro degrau do saber para aqueles que prosseguiriam os estudos e como fim em si mesma para a massa popular" [...] De acordo com o decreto de reforma, a instrução elementar dividia-se em três graus: grau preparatório (ensino maternal) com a duração de três anos, grau inferior, também com a duração de três anos e grau superior, com a duração de dois anos. [...] O curso inferior "representa o curso mínimo, indispensável a qualquer tipo de escola", enquanto o curso superior "surge somente onde existe número suficiente de alunos" (HORTA, 2008, p. 198).

Notavelmente a reforma proposta pelo Ministro fascista, não apresenta vínculo ou compromisso com a elevação cultural das massas, pois afirma que "não se deve lançar às massas as pérolas da cultura, mas reservar apenas ao homem das classes superiores o complexo desenvolvimento do espírito. (MOCHCOVITCH, 1990, p.60).

Destarte, a reforma Gentile institui uma escola direcionada apenas a classe popular, de caráter fundamentalmente profissionalizante para o operário ou camponês. Sendo destinado a essa classe uma formação religiosa no ensino primário, pois "o Programa de 1923 reservava uma a duas horas semanais do horário escolar para o ensino da religião. Além do ensino religioso" (HORTA, 2008, p. 201).

A inserção do ensino religioso, essencialmente católico, no âmbito escolar fascista, exclusivamente é uma evidente caracterização dos aspectos "constituidores do senso comum em que vivem mergulhadas as massas subalternas" (MOCHCOVITCH, 1990, p. 61).

Além do ensino primário, o médio e o superior também foram submetidos à reforma Gentile, sempre com a função de proteger a alta burguesia e a aristocracia italiana, e a mecanizar a massa popular através de uma escola unicamente profissionalizante. Dado que, a finalidade da escola não era ser excelência em qualidade, mas sim, firmar a manutenção dos quadros sociais (HORTA, 2008, p. 210).

Assim sendo, a reforma Gentile tinha somente como função excluir qualquer indício de nivelamento cultural entre aqueles pertencentes à classe da elite e dos submetidos historicamente a classe subalterna, através de uma escola "humanística para os da elite, e profissionalizante para os subalternos.

Essas características de elitização da escola através da reforma Gentile, demonstram um sistema de ensino profundamente antidemocrático, afetando de forma negativa as camadas subalternas. Pois sem um ensino de cultura geral, as camadas subalternas permanecem aquém da possibilidade de superação da visão de mundo fixada pela hegemonia dominante, visto que, ficam pautados em resíduos de concepções de épocas anteriores, sedimentadas na religiosidade popular e no folclore (MOCHCOVITCH, 1990, p.62).

Nesse sentido, percebe-se a importância fundamental da escola de ideal gramsciano, isto é, unitária, como princípio de educação para uma transformação social. Pois a escola

mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando o seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado à dominação das leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através do qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente (GRAMSCI, 1968, p.130)

Gramsci concebe a escola como um organismo de Estado que deve ofertar uma cultura formativa completa, sendo “missão da escola proporcionar às classes subalternas uma visão do mundo natural e do mundo social que as ajude a se inserir nas relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade” (MOCHCOVITCH, 1990, p.63). Devendo a escola, sobretudo, inserir ativamente as pessoas em todas as esferas da sociedade com o conhecimento das leis civis e estatais em sua evolução histórica para saber, exclusivamente, em que elas podem se transformar. (MOCHCOVITCH, 1990, p. 64).

O filósofo Sardo, completa sobre a esfera escolar, comentando sobre o professor, dizendo que no corpo dos professores deve existir a consciência de seu dever, ser consciente “dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos”. Não utilizando somente da retórica, pois se utilizar somente desta, vai ser deficiente em seriedade e verdade (GRAMSCI, 1968, p. 132-133).

A escola fundamentada no compromisso de uma formação geral, somada ao professor consciente de seu dever, permite uma transformação social, isto é, o ingresso da classe subalterna em todos os âmbitos sociais e estatais, rompendo, desta forma, com a consciência folclórica no âmbito social. Porém,

não se pode esquecer que a ação da escola para a introdução dos subalternos na “ordem social e estatal (direitos e deveres)”, tal como era concebida pelo grande pensador socialista, apenas corresponde a uma base, a uma primeira etapa de um processo, importante, mas não suficiente. A educação generalizada que é proporcionada pelo Estado, quando ele é ético e educador, representa um primeiro patamar da elevação cultural das massas: é constitutiva da cidadania. É, sobre esse primeiro patamar, que pode-se construir uma consciência política que ultrapasse a ordem dominante no sentido de poder visualizar sua transformação: é como se fosse necessário “entrar na ordem” para poder sair dela armado para combatê-la (MOCHCOVITCH, 1990, p.65).

A escola somente pode se tornar meio de transformação social se não manter um caráter de classe. Caso a escola em vigência não apresente a possibilidade de oferecer um ensino de qualidade a todos os cidadãos, esta escola deverá ser substituída por “um escola que não referencia o que está posto, que não subestime a população, que não estabeleça diferenças de formação nem diferenças de classe, uma escola que não seja dual, de casta” (SILVA, 2010, p.211).

Gramsci se posiciona contra uma formação escolar que permita os indivíduos a somente terem como possibilidade formativa o trabalho manual, visto que, todos os cidadãos devem ter a possibilidade de obter uma formação escolar humanística, que de acesso a elevação cultural das massas.

Desta forma, no ideal gramsciano, o sistema escolar não deve se pautar por uma escola democrática maquiada, pois esta, revela um sistema de escola que se interessa somente por questões práticas e direcionada a produzir indivíduos para executar exclusivamente o trabalho em fábricas. Mas sim, construir um sistema escolar consistente em uma formação escolar eficiente enquanto produção intelectual e prática. Para que todos os indivíduos tenham acesso a construir uma consciência moral e social sólidas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa gramsciana do acesso ao proletariado em geral a uma cultura que permita a conquista de uma consciência superior, isto é, a própria capacidade de organização, de percepção de seu valor histórico e de sua função enquanto viver, assim como, o entendimento de seus direitos e deveres nos revela a necessidade eminente da reforma cultural, como meio a possibilitar toda a classe proletária à elevação cultural.

O interesse de Gramsci a elevação cultural das massas, afirma sua defesa a uma cultura a luz de uma organização socialista, capaz da intervenção política e econômica na sociedade, visando efetivamente à alteração da situação de dominação ideológica, assim, permitindo que as classes subalternas não interiorizem as ideologias da classe dominante e, sobretudo, estando sempre atentas para o caráter de dominação hegemônica burguesa, via Estado.

Gramsci coloca o Estado como órgão hegemônico a serviço da classe dominante para o exercício de dominação e coerção as classes subalternas, tendo como terreno de ação a sociedade civil. Porém, esse exercício de dominação e coerção da classe dominante pode não ser consentido por determinados grupos, cabendo a sociedade política assegurar o direito de não consentir a essa ordem de dominação.

Devido o aspecto de dominação que direcionam os interesses ideológicos e políticos de uma sociedade, Gramsci aponta que para haver a mudança ideológica política deve ter a transformação social, mas para isso, se fazem necessários a reforma intelectual e moral da classe subalterna. Esta reforma possibilitaria a construção de uma nova concepção de mundo dos subalternos, permitindo um processo efetivo de transformação social, onde o intelectual orgânico seria fundamental para que essa transformação acontecesse.

O intelectual orgânico é apresentado como basilar para a transformação social, dado sua capacidade de conexão ao mundo do trabalho, assim como, às organizações políticas e cultural, e por serem de origem subalterna. Além de serem aptos a difundir e dirigir a sociedade através de uma nova concepção de mundo instaurado por meio da revolução. E a construir uma inovação de ordem moral, política e de organização geral, principalmente, educacional.

A questão da construção de um novo cenário educacional foi categoricamente estabelecida por Gramsci, constituindo uma profunda crítica ao panorama da educação fascista italiana, que através da Reforma Gentile, fundava uma escola preocupada em formar o homem subalterno somente a atividade manual e outra escola destinada à classe burguesa de cultural geral. Essa dualidade escolar fez brotar o posicionamento crítico ao modelo de escola destinado a classe subalterna, dado que, a esta classe, era destinado uma escola de esfera eminentemente profissionalizante, reduzindo a essência do homem e sua importância política.

A escola profissional, em Gramsci, somente elevaria as diferenças sociais. Como substituição a escola profissionalizante, foi proposto pelo filósofo italiano, à escola formativa desinteressada, de ordem verdadeiramente democrática e interessada pela humanidade inteira.

Para Gramsci a educação necessita estar conectada ao Estado, elevando o desenvolvimento cultural da população, promovendo o ensino humanístico e unitário, isto é, uma escola unitária, fundada na possibilidade de formar todo homem integralmente, sem o constrangimento a sua inteligência, a fim de construir uma escola de liberdade e de livre iniciativa, e distante de uma escola mecânica e de escravidão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, N. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COUTINHO, C.N. **Cronologia da vida de Gramsci: 1919-1920**. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COUTINHO, C.N. **Cronologia da vida de Gramsci: 1921-1926**. In: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cartas do cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Coleção Educadores Mec: Antonio Gramsci**. Recife: Massangana, 2010.
- _____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **Escritos Políticos**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Escritos Políticos**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HORTA, J. S. B. **A educação na Itália fascista: as reformas Gentile (1922-1923)**. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, vol.12, n. 24, p. 179 – 223, jan./abr. 2008.
- MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci: Americanismo e Conformismo**. 2. ed. Campinas: Ática, 2008.
- MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- MOURA, A. **Movimento operário, intelectuais e o partido revolucionário em Gramsci**. In: *Revista Digital do Paideia*, vol. 2, n. 1, 2010, p.23-44.
- MONASTA, A. **Coleção Educadores Mec: Antonio Gramsci**. Recife: Massangana, 2010.

NOGUEIRA, A, M. **Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade Civil.** In: Educação em Foco: 100 anos Gramsci, vol. 5, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2000, p. 115-130

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTELLI, H. **Gramsci e a Questão Religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1984.

SCHLESNER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** Curitiba: UFPR, 1992.

SEMERARO, G. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade.** Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SILVA, D, R. **Intelectuais, cultura e escola única no pensamento político-pedagógico de Antonio Gramsci.** São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2010.